

Carta Pastoral

às
*Comunidades
Eclesiais de Base*

- **Orientações** -

Dom Luiz Mancilha Vilela, ss.cc.
Arcebispo da Arquidiocese de Vitória - ES

Carta: 0001-07/2004



Arquidiocese de Vitória do Espírito Santo - Brasil

Rua Soldado Abílio dos Santos, nº 47 - Centro - 29.015-620 - Vitória - ES - Cx. Postal 107
CEP 29.001-970 - Vitória - Espírito Santo - Fone: (27) 223-6711 - Fax: (27) 3223-1227
Site: www.arquidiocesedevitoria.org.br - E-mail: setor.comunica@escelsa.com.br

Vitória, 30 de julho de 2004.

Caríssimos irmãos e irmãs.
Saúde e Paz!

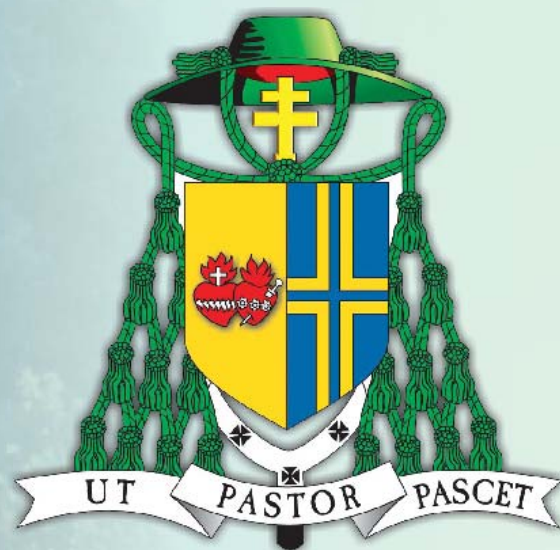
Em primeiro lugar, quero agradecer a todos vocês os cumprimentos por ocasião da recepção do Pálio no dia 29 de junho das mãos do Santo Padre.

Em Roma, junto aos túmulos dos Apóstolos Pedro e Paulo, lembrei-me de toda a Arquidiocese, clero, religiosos (as) e leigos (as) com suas conquistas e desafios. (1Pe. 2, 4-10).

Sem dúvida alguma, ao receber o Pálio das mãos do Santo Padre, mais um vínculo profundo se concretizou entre esta Igreja e o Sumo Pontífice, o Bispo de Roma, Pedro, João Paulo II. Deus nos conserve sempre unidos e atentos aos ensinamentos e testemunho do Santo Padre. (1Pe. 1, 1-21)

Acabo de reunir e presidir o Conselho Presbiteral. Nesta reunião os irmãos presbíteros pediram-me que lhes escrevesse uma carta orientadora sobre algumas questões pastorais. A comunhão entre nós é um valor inestimável. Nada em nossa vida pastoral e pessoal pode cobrir este mistério que nos envolve, nossa união como Igreja de Cristo, dirigida por Ele usando-nos como mediação na história. (1Cor. 12, 12-30)

Apasionados pelo Mistério de Comunhão no qual estamos envolvidos e em vista da expressão visível deste Mistério, aqui e agora, hoje, nesta região geográfica que compreende a Arquidiocese de Vitória passo a fazer-lhes algumas observações seguidas de orientações a serem observadas por todos nós.



01 Tenho ouvido e percebido que o exercício da autoridade e da coordenação requer melhor reflexão e compreensão de todos nós. Todos os que exercemos autoridade e coordenação não a exercemos como o mundo a exerce, mas como nosso Mestre e Senhor; isto é, lavando os pés dos nossos irmãos. A autoridade gera vida, não gera a exclusão. Gera a comunhão, não gera o aniquilamento ou o desprezo. É necessário uma mística no exercício da autoridade e da coordenação de uma comunidade. O poder entre cristãos é um "poder- serviço"! Se quisermos, de fato, ser uma Igreja servidora é necessário que todos nós nos convertamos, assumindo atitudes de servos dos irmãos e não como se fôssemos senhores de nossas comunidades. (Jo. 13, 1-20)

02 Tenho observado, com muita alegria, a acolhida fraterna aos irmãos e irmãs que entram nas igrejas para as celebrações litúrgicas. São atitudes significativas e muito bonitas. Vejo com alegria que é um bom costume de todas as nossas Comunidades Eclesiais de Base. Os irmãos são acolhidos verdadeiramente como irmãos e sentem-se bem com este acolhimento fraterno. Porém, esta mesma atitude tão carinhosa está deixando a desejar em algumas Comunidades Eclesiais de Base por parte de membros dos Conselhos Comunitários e Paroquiais, em relação aos Movimentos e Novas Comunidades Cristãs existentes na Arquidiocese. Estes se queixam como se fossem cristãos de segunda classe quando não lhes permitem a participação como aos demais cristãos, não lhes proporcionando, com esta atitude de rejeição, a possibilidade de progredirem no melhor conhecimento de Jesus Cristo e de sua Igreja, fortalecendo a sua fé eclesial e a redescoberta da Igreja bem como o lugar do Movimento nesta mesma Igreja.

A Comunidade Eclesial de Base deve ser o lugar onde nós aprendemos a ser e crescer como Igreja, evitando assim qualquer perigo de paralelismo. Isto só será possível se houver acolhimento e abertura de todos, especialmente de quem coordena e exerce autoridade com os que buscam a Deus de coração sincero, com os irmãos e irmãs que tentam se aproximar trazidos pelos Movimentos que os motivaram para esta busca. Isto é um dever, um direito de todos os batizados. Quando não há abertura e acolhida surge o conflito de poder, seja por parte de membros de Movimentos seja por parte de membros dos Conselhos. Ganha o mais forte e perde a Igreja, porque não há nada de cristão e evangélico neste conflito.

Portanto, nossas comunidades devem ser acolhedoras, Igrejas abertas como o Coração de Cristo, aberto a todos os que buscam a Deus de

coração sincero, aos Movimentos e Associações reconhecidos pela Arquidiocese.

Por outro lado os Movimentos devem sentir e viver com a Igreja e como Igreja. Não há lugar para paralelismo, divisão ou qualquer atitude que venha ferir a unidade da Igreja.

Reconheço os direitos de cada Movimento e Associação em nossas Comunidades Eclesiais de Base. Porém, a cada direito corresponde um dever!

A CNBB já deu suas orientações nos seus vários documentos. A RCC, por exemplo, tem suas orientações no documento 53, cor azul. Este Movimento deve sentir-se honrado por ter recebido orientações específicas do Colégio Episcopal, a CNBB, reconhecendo oficialmente o Movimento, dedicando-lhe um Documento situado na sua coleção mais importante. São orientações precisas, claras.

Sei que muitos presbíteros e leigos não tem simpatia por este Movimento. Contudo, o Santo Padre e a CNBB já se pronunciaram favoráveis a ele com as devidas recomendações. A RCC não tem, pois, necessidade de reconhecimento ou licença de algum padre, uma vez que a Conferência Episcopal já se pronunciou com orientações precisas. Isto é evidente e não há o que comentar.

Sigam, pois, caríssimos irmãos da RCC, as orientações deste documento evitem que irmãos que não são do Movimento os rejeitem por causa de certos comportamentos próprios do Movimento, praticados, conforme reclamam certos padres e leigos, onde está reunida toda a Assembléia em oração. Isto tem causado mal-estar e críticas de quem não é do Movimento. Sentem-se desrespeitados. Os líderes do Movimento deverão cuidar para que estas coisas sejam evitadas e, assim, predominem a caridade e o respeito entre todos. O Movimento deve caracterizar-se pelo testemunho humilde na Igreja e pelo serviço específico a quem deseja fazer tal experiência em locais apropriados, e não no meio de uma Comunidade heterogênea como a Assembléia Litúrgica. (Col.3,12-17)

A caridade é um dever de todos. Aquilo que é próprio do Movimento, tendo sido aprovado pela CNBB ou pelo meu antecessor, tenha o seu uso no lugar e ambiente do Movimento. É louvável e necessária a oração de intercessão própria do Movimento em seu encontro de louvor e conversão. Mas preocupa-me o perigo de vulgarização da Eucaristia ao se conduzir o Santíssimo Sacramento para um determinado lugar onde se realiza o evento orante. Esta prática deve ser precedida de um sério discernimento da necessidade de realizá-la perto do local ou não. Só se permite ao tratar-se de um encontro de um ou mais dias no mesmo local,

tendo sido, antes, preparada, dignamente, uma capela provisória. O padre que preside este dia de oração deve cuidar disto com carinho e responsabilidade, dialogando com o pároco da Paróquia onde se dará tal evento. Evitemos, de ambos os lados, dissensões desnecessárias. Somos irmãos e irmãs e nos amamos como tais (Filip.2,1-11).

03 As chamadas "Novas Comunidades Cristãs", oriundas de alguns movimentos, devem ter o mesmo cuidado pastoral. Os párocos devem tomar conhecimento destas Comunidades reconhecidas pelo meu antecessor. Peçam-lhes o documento de reconhecimento oficial por parte do Arcebispo em suas respectivas paróquias. Caso tenham somente aprovação verbal ajude-os a formularem corretamente as justificativas, objetivo, carisma etc., apresentando-as ao Arcebispo para que ele confirme por escrito o que lhes foi dado verbalmente. Precisamos, nesta efervescência do surgimento de Novas Comunidades Cristãs, ter o cuidado pastoral de ordená-las e discernir bem se, de fato, trata-se de carismas autênticos para o serviço da Igreja. Não se pode confundir o entusiasmo de uma pessoa ou de um pequeníssimo grupo que ainda não sabe bem o que quer com um carisma especial para a Igreja. Digo-lhes isto em defesa das autênticas Comunidades Cristãs surgidas em todo o mundo. Deus nos conceda sabedoria, prudência e discernimento para fazermos a Sua Vontade!(2Tim4, 1-5)

Como pastor de vocês, saibam que lhes quero muito bem e lhes sou grato pelo testemunho de fé e serviço que a maioria absoluta de vocês, da RCC e de outros Movimentos e Comunidades cristãs, presta às e nas Comunidades Eclesiais de Base. Todos os Movimentos reconhecidos oficialmente pela Igreja têm direito de crescerem em número e qualidade. Não se pode negar o bem que a Legião de Maria, Apostolado da Oração, Vicentinos, Ordens Terceiras, RCC, Comunidades Cristãs, os vários Movimentos Familiares como Encontros de Casais com Cristo, Equipes de Nossa Senhora, Movimento Familiar Cristão etc. têm feito à Igreja. São dons do Espírito para a Igreja. Porém, todos têm o dever sagrado da obediência e do sentir e participar com a Igreja, nossa querida Igreja, onde temos irmãos e irmãs com carismas diferentes a serviço da mesma e única Igreja. Nós, os membros da hierarquia da Igreja temos o grave dever do serviço da unidade, do cuidado para que todos sejam fiéis na proclamação e vivência da fé. Por isso, se for necessário, devemos chamar a atenção, com caridade pastoral, destas pessoas, grupos ou comunidades que estejam assumindo atitudes erradas, escandalizando ou afastando os irmãos da convivência eclesial.(1Cor.4 1-17)

04 A Arquidiocese tem a sua história, suas opções e Diretrizes Pastorais. Há que se respeitar e observar estas opções e diretrizes sem nos esquecermos de que o mundo evoluiu desde a publicação destas Diretrizes Pastorais. Precisamos ser fiéis às diretrizes e abertos à nova linguagem, novos desafios, e novas contribuições de nossa realidade atual que provocam novas reflexões, interrogações no campo da sociologia, antropologia, filosofia, teologia (cristologia e eclesiologia). Porém, sem perdermos o núcleo de nossas opções, nossos objetivos fundamentais. Daí a importância, sim, de caminharmos para a compreensão e a realização de um Sínodo Arquidiocesano no tempo oportuno porque queremos caminhar juntos como Igreja de Comunhão, Povo de Deus organizado e fiel! (Rom12,03-13).

05 Destaca-se na História de nossa Igreja, além do diálogo com o mundo nos seus diversos aspectos e desafios, como também, o forte espírito ecumênico, o zelo que as Comunidades Eclesiais de Base têm tido pelas celebrações litúrgicas, especialmente a Eucaristia, bem preparadas e participadas. O amor à Sagrada Liturgia é um fato em todas as Comunidades Eclesiais de Base. Considero isto uma grande bênção para a nossa Arquidiocese. A Liturgia é muito importante para todos nós, pois celebra o Mistério Pascal, quando, a vida do povo, seus sofrimentos, lutas e esperança é orada e cantada em versos, ressaltando a Fé e Vida, unidas e expressas com ardor. (1Cor.10,31-33).

Os Ministros da Distribuição da Comunhão estão subordinados ao Pároco. Este é o primeiro responsável por todas as Igrejas da rede de comunidades que compõem a Paróquia. O Pároco deve ter um zelo especial pelo Sacrário onde estão as Sagradas Reservas. Para retirar o Santíssimo de dentro do Sacrário o Ministro deverá ter a licença prévia do Pároco e o uso obrigatório da veste própria para este momento.

Precisamos ter muito cuidado em nossas celebrações com a distribuição da comunhão. Algumas Comunidades correm o risco de vulgarizar a Sagrada Eucaristia na ânsia de melhor evidenciar o Sacramento através do pão ázimo, descuidando-se das partículas de tal modo que podem cair no chão e serem pisadas pelos que se aproximam para receber a comunhão. É o perigo da vulgarização e da falta de respeito para com aquilo que é Sagrado e Santo para nós. Nesta questão não há o que ponderar senão cuidar da correta distribuição da Eucaristia sem nos permitir o mínimo descuido ou erro. Não exponham ao ridículo aquilo que nos é caro! Quero de todos os ministros fidelidade e obediência. A Dimensão Litúrgica

Arquidiocesana está atenta e preocupada com esta questão e está orientando bem como se deve proceder.

06 As normas do Missal Romano são provenientes da Santa Sé. As orientações da CNBB, em seu documento de cor azul, são orientações de uma Conferência Episcopal! Todos devemos obedecer estas normas e observar estas orientações. O Arcebispo e seu presbitério são responsáveis pelo que acontece em nossas celebrações litúrgicas na Arquidiocese de Vitória do Espírito Santo.

Não poucas vezes algumas atitudes erradas do ponto de vista da Liturgia Romana cometidas por presbíteros nas TVs católicas são assimiladas nas Dioceses como certas e normais. Ora, estes presbíteros, por mais santos que sejam, não são exemplos a seguir no que diz respeito às normas litúrgicas da Igreja. Todos devemos seguir as orientações, no nosso caso, da Arquidiocese. Temos pessoas especializadas para nos ajudar neste setor. Por isso, todos os agentes de pastorais, os dirigentes de Movimentos, os presbíteros e diáconos devem estudar as normas do Missal Romano e os documentos de cor azul, publicados pela CNBB. Assim evitaremos aborrecimentos e acusações constantes, comentários sobre este ou aquele Movimento sobre esta ou aquela Comunidade Eclesial de Base.

07 Será oportuno e muito louvável da parte de todos nós e de modo especial, da parte dos presbíteros, do nosso Instituto de Filosofia e Teologia e Equipes de Liturgia, o estudo da recente instrução da Santa Sé: O SACRAMENTO DA REDENÇÃO, sobre alguns aspectos que devemos observar e evitar acerca da Santíssima Eucaristia.

08 Resta-me, ainda, uma observação a lhes fazer: Em vista, sempre, de uma maior e mais profunda comunhão entre nós insisto em lhes reafirmar que a Igreja não tem partido político. Nossa política é a do Bem Comum sem nos apegarmos a uma facção partidária, com grande respeito à liberdade religiosa, direito sagrado de cada ser humano. Somos ecumênicos e reconhecemos candidatos éticos e bons que professam a fé diferente de nós e entre nós. Mas, não somos ingênuos e estamos atentos aos compromissos e atitudes, sob o imperativo da ética, dos candidatos cristãos ou não cristãos.

Aos membros do Clero não lhes é permitido afiliarem-se a um partido e nem se candidatarem a um cargo político partidário.

Os leigos que estiverem exercendo algum cargo ou ministério na Igreja, e, se tiverem vocação político partidária aconselho-os a se candidatarem porque esta missão é própria do leigo. Porém, jamais poderão usar do serviço que a Igreja lhes confiou para se promoverem politicamente ou fazerem propaganda de seus candidatos. Nem lhes é permitido, no exercício de seu ministério, usar qualquer distintivo que indique sua opção partidária. Melhor será, ainda, não exercer o ministério durante o período eleitoral

Os religiosos não clérigos estão sujeitos à legislação de suas respectivas famílias Religiosas, como também da Arquidiocese.

A ninguém é permitido fazer política partidária durante uma celebração litúrgica ou quando a Igreja estiver em oração nos pequenos grupos e Comunidades.

Poderia ser, no entanto, muito proveitoso a promoção de debates entre os vários candidatos no salão paroquial, orientados e coordenados pela Comissão de Fé e Política da Arquidiocese. É proibido o uso da Igreja para qualquer propaganda ou debate político. Ali é lugar sagrado para a Igreja orar e celebrar o Mistério Pascal. Espero que os Projetos destes candidatos leigos sejam reflexos da vivência cristã pessoal e comunitária, isto é, iluminados pelo Evangelho, explicitados no ensinamento social da Igreja. Fé e Vida!

A todos recomendo e insisto tempestivamente: Caridade nas palavras e nos gestos! Todos os candidatos têm direito ao nosso respeito! Sejam as eleições um momento forte de alegria de todos os cidadãos (ãs) no exercício do direito do voto.

09 Neste semestre farei Visitas Pastorais, quando haverá possibilidade de um encontro do Conselho Paroquial com a Equipe Administrativa da Arquidiocese e a Coordenação de Pastoral. Juntos daremos as orientações necessárias.

Dentro do possível, continuarei atendendo na Cúria Arquidiocesana, às Terças, Quartas e Sextas-feiras. Pela manhã atenderei aos presbíteros. À tarde atenderei o povo, em geral. Todas as Quintas-feiras dedicarei o meu tempo ao seminário. Durante a Visita Pastoral não haverá tempo para atendimento na Cúria Arquidiocesana.

Certamente não terei muito tempo para tantas celebrações ou compromissos diversos como gostaria. Aquilo, pois, que um leigo das seis dimensões pastorais pode realizar, ou, mesmo um presbítero, como

por exemplo reuniões, visitas a uma autoridade e a certos lugares, espero que eles tenham a prioridade e deixem o arcebispo mais para aquilo que lhe é próprio, Crismas, Ordenações, Eucaristias. Agradeço a compreensão de todos.

Peço aos caríssimos Párocos e aos responsáveis pelos Movimentos, Associações Religiosas e Novas Comunidades Cristãs, façam com que todos os irmãos e irmãs tomem conhecimento do conteúdo desta carta.

Nossa Senhora da Penha nos abençoe e nos ensine a ouvir e acolher o outro, a deixar-nos conduzir pelo Espírito Santo na busca contínua de uma maior e profunda Comunhão.

Deus Pai, Filho e Espírito Santo nos conceda a Sua Bênção!

Dom Luiz Mancilha Vilela,ss.cc.
Arcebispo Metropolitano